

NOVAS INTERPRETAÇÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE SURGIMENTO DO ESTADO NO EGITO ANTIGO^{***}

Alexandre Galvão Carvalho^{***}

Resumo: O Estado faraônico não deve ser entendido a partir dos pressupostos do Estado Moderno. A historiografia atual tem enfrentado o tema diante de novas perspectivas, voltando-se para os limites do exercício da autoridade, as redes de poder sustentadas pela elite e suas instituições, a formação e transformação dos setores dominantes e as relações de poder entre o centro e as províncias. Por outro lado, as condições de possibilidade do surgimento do Estado devem ser pensadas a partir das lógicas sociais e das relações de produção do Pré-Dinástico. Explorando os trabalhos de Marcelo Campagno, Juan Carlos Moreno García e Ciro Flamarion Cardoso, procuramos explicitar esse novo enfoque, destacando as estratégias utilizadas pela monarquia para criar as condições de sua manutenção, por meio das articulações com as elites locais, da organização do trabalho e dos elementos constitutivos da legitimidade estatal.

Palavras-chave: Egito Antigo; Estados Antigos; elites.

NEW INTERPRETATIONS ON THE CONDITIONS OF STATE EMERGENCE IN ANCIENT EGYPT

Abstract: The Pharaonic State should not be understood from the assumptions of the Modern State. The current historiography has faced the theme from new perspectives, turning to the limits of the exercise of authority, the networks of power supported by the elite and its institutions, the formation and transformation of the dominant sectors and the power relations between the center and the provinces. On the other hand, the conditions of possibility of the emergence of the State must be thought from the social logics and the production relations of the Pre-Dynastic. Through the work

* Recebido em: 20/05/2021 e aprovado em: 25/07/2021.

** Gostaria de agradecer à Maria Thereza Davi João, pelas generosas sugestões e por algumas orientações para o artigo.

*** Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor Pleno do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: alexandre.galvao@uesb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4990-0742>.

of Marcelo Campagno, Juan Carlos Moreno García and Ciro Flamarion Cardoso we seek to explain this new approach, highlighting the strategies used by the monarchy to create the conditions for its maintenance through articulations with local elites, the organization of labor and the constitutive elements of state legitimacy.

Keywords: *Ancient Egypt; Ancient States; elites.*

Comunidades aldeãs, parentesco e reciprocidade no Pré-Dinástico

As sociedades pré-estatais se organizam no âmbito comunal, marco mais amplo para o estabelecimento de relações sociais permanentes. No caso do Egito Antigo, durante o Quarto milênio, as diversas populações que habitavam o Vale do Nilo e o entorno do deserto praticavam a caça, criavam gado, faziam cerâmica, trabalho de couro, fição, tecelagem, cordoaria, trabalhos com madeira e pedra (para ferramentas), pescavam e exerciam a agricultura, que se tornou dominante no Egito por volta de 3900-3650 a.e.c, no chamado Pré-Dinástico médio, Nagada I. No final do Pré-Dinástico e ao longo do Terceiro milênio, por volta de 3400-2700 a.e.c., transformações importantes moldaram o sistema técnico egípcio, com a presença de lâminas, tijolos crus, aparecimento da mineração e aprimoramento da metalurgia do cobre, com a emergência da carpintaria, aperfeiçoamento da tecelagem e fabricação da cerâmica de torno. Após o advento da produção de alimentos, as interações intranilóticas se aceleram e se consolidam a domesticação de animais e cultivo de plantas, iniciando-se a agricultura baseada na irrigação parcialmente artificial (CARDOSO, 2014, p. 60; HASSAN, 1988, p. 163). Essas comunidades sedentárias se envolveram em intercâmbios intercomunais de forma mais acentuada do que os pequenos grupos de caçadores-coletores móveis. A exogamia, necessária pelo pequeno tamanho da comunidade, facilitou a transmissão de ideias e artefatos. Barcos sofisticados e elaborados foram usados por volta de 3600 a.e.c. (Nagada tardio), contudo barcos e canoas mais simples já eram utilizados desde 4500 a.e.c., demonstrando que o transporte fluvial facilitou contatos intranilóticos em todo o Pré-Dinástico (HASSAN, 1988, p. 150).

Esse cenário se desenvolve no seio das comunidades aldeãs, cuja lógica básica de organização social era caracterizada por laços comunitários solidários entre seus membros, pela união entre o artesanato e a agricultura,

pela terra “comunitária” atribuída em usufruto às famílias, pelo controle coletivo da água e das instalações de irrigação, além do predomínio do parentesco e da reciprocidade, associados a certas formas de liderança e conselhos locais.

O parentesco modela as práticas sociais e, no âmbito ideológico, se ampara na crença de que todos os membros da comunidade descendem de um antepassado comum, criando laços com entidades sobrenaturais – personagens míticos, heróis e deuses. Essa lógica é reforçada pelas práticas mortuárias, estabelecidas com os mesmos critérios inerentes ao parentesco, a exemplo da disposição e formas das tumbas, com o objetivo de inseri-las permanentemente no âmbito da comunidade, por meio de oferendas – alimentos, ornamentos e ferramentas –, com o fim de manter as atividades vitais do morto no mundo *post-mortem*. Além disso, tais práticas reforçam os laços de reciprocidade dos vivos com seus parentes, pois, ao depositar dons para os mortos, estes poderiam retribuir tais presentes em termos sobrenaturais, protegendo seus descendentes e estimulando a fertilidade da terra para a comunidade (CAMPAGNO, 2018, p. 25-37).

Desde o final do Pré-Dinástico, as comunidades aldeãs já apresentavam uma nítida hierarquização social interna, que se acentua nos milênios seguintes. A presença de chefes nas aldeias não é incompatível com a lógica do parentesco, pois sua liderança está amparada na crença de uma relação próxima do chefe e/ou de sua família com o antepassado comum a todos os membros da aldeia, além dos vínculos recíprocos entre o chefe e a comunidade, por meio dos bens entregues ao chefe e sua família como contrapartida dos serviços e obrigações que ele tem com a comunidade (CAMPAGNO, 2018, p. 28-29). Apesar das divergências no seio da literatura etnográfica, parece-nos factível que o papel dessa autoridade não institucionalizada, caracterizada como chefia, é efêmero e assentado no prestígio. A suposição por parte da sociedade de que as capacidades dos líderes são realmente superiores é o que lhes outorga poder. Sua influência é reforçada pelo seu magnetismo e generosidade na redistribuição de bens, sem dispor, no entanto, de meios formais para impor sua autoridade de forma perene.

Algumas tumbas no vale do Nilo do período Badariano, de maiores tamanhos, com a presença de bens de prestígio, estabelecidas em setores diferenciados no cemitério, indicam a presença de uma elite em posições de comando de tipo religioso, militar e político-administrativo, cuja legitimação ideológica se ampara, em grande parte, em uma realeza sagrada, aspecto

que subtrai os princípios do parentesco, pois os líderes se apresentam como exteriores à ordem parental. A tumba 100 de Hierakômpolis (Nagada IIC) reafirma atos de indivíduo com utilização de cetros sobre prisioneiros em rituais similares aos da realeza sagrada do período estatal, em particular, a salvaguarda do cosmos frente às forças do caos. Concomitantemente a diversas realezas sagradas africanas, o líder é visto como personagem cósmico, conectado com a natureza. A identificação com o divino aparece nos símbolos emblemáticos do rei na sua condição de Hórus, os *serekhs*, já retratados no começo da fase Nagada III (CAMPAGNO, 2018, p. 68-72).

Do ponto de vista das forças produtivas, as fragilidades do sistema técnico foram compensadas pela racionalidade das forças produtivas humanas, em particular, pela organização do trabalho – divisão e especialização adequadas do trabalho – agrícola e irrigação artificial, estimulada pelo processo de diminuição do nível das cheias do Nilo. No centro da economia egípcia, a irrigação por meio de tanques esteve a cargo das comunidades aldeãs, sendo fator central na formação de estruturas regionais de poder, com uma ética coletivista, que perdurou após o estabelecimento do Estado, mas não foi condição *sine qua non* para a emergência do Estado faraônico, apesar de o aumento da produção de alimentos ter reforçado a concentração de poder em todos os âmbitos, desde o Pré-Dinástico. Portanto, em torno da irrigação, tomou forma a agricultura irrigada, responsável por um equilíbrio ecológico/técnico/demográfico eficiente em relação ao uso da terra, o que resultou na expansão da produção e no aumento de alimentos ao longo do tempo, adaptados a disponibilidades variáveis de tempo e força de trabalho (CARDOSO, 2014, p. 47-56; 2008, p. 116).

A tendência autárquica das aldeias foi fator relevante na manutenção das estruturas comunitárias tradicionais, e permaneceu após o aparecimento do Estado faraônico. As relações de reciprocidade foram fortalecidas por práticas inibidoras do comércio e do individualismo, e a solidariedade comunal, reforçada por um sistema de presentes recíprocos e de favores entre membros da comunidade, a exemplo do “empréstimo de cereais”, que nada tinha a ver com a lógica comercial ou de barganha, e sim de ajuda àqueles que se encontravam mais necessitados. A reciprocidade entre famílias foi mantida por muito tempo e mesmo no Reino Novo, exemplos relevantes aparecem em numerosos *ostracos* de Deir el-Medina, com a presença de listas de nomes, seguidos pela menção de alimentos ou pequenos objetos de usos diários, dados a um único homem, durante o noivado de sua famí-

lia, e provavelmente consumidos no evento. O objetivo das anotações era refrescar a memória do recebedor, visto que, em algum momento, ele teria a obrigação de retribuir com presente similar em ocasião futura. Outro grupo de *ostracos* revela um sistema de crédito aberto, no qual a compra de um boi era paga com vários objetos. O vendedor exigia várias mercadorias pela venda do boi e o comprador pedia a seus parentes, amigos e vizinhos os artigos necessários, que, em geral, eram dados a ele, sendo que o seu credor passava a ser esse doador das mercadorias, que, em futuro próximo, solicitaria dele também mercadorias ou serviços. Portanto, todos os membros da comunidade podiam ser devedores e credores de várias outras pessoas, regidos por um rígido controle social. Jansen² chamou esse modelo de “reciprocidade generalizada”, no qual as relações de troca estão submetidas à manutenção das boas relações, em vez do ganho a curto prazo, com pouca interferência do Estado e como oposição a trocas mercantis, pois as doações estavam amparadas por equivalências substitutivas, quando um bem pode ser substituído por outro com o mesmo valor, validadas pelos costumes (JANSEN, 1982, p. 254-258; 1994, 129-136).

Um fator fundamental no controle da mão de obra consistiu na urbanização, pois a separação entre cidade e campo foi propícia à divisão social do trabalho. Iniciada no período Pré-Dinástico, no Vale do Nilo, e expandindo-se posteriormente para o norte, a concentração populacional foi fruto de processos migratórios de grupos diversos que acorreram para pontos nodais e integraram-se a grupos parentais preexistentes, como no caso de Hierakômpolis, em que se constituíram espaços intersticiais que também subtraíam a lógica parental, pois abriam espaço para relações de dependência de patronato e clientela (CAMPAGNO, 2018, p. 61-67; CARDOSO, 2014, p. 39-46).

Finalmente, as guerras intracomunitárias desembocaram na conquista de algumas comunidades por outras, o que provocou o enfraquecimento da lógica parental e dos princípios de reciprocidade. As disputas entre as elites pelo acesso a correntes de troca e territórios com minerais, com o objetivo de obter bens de prestígio, parecem ter sido os motivos dos enfrentamentos bélicos. No caso de uma conquista permanente dos vencedores sobre os vencidos, novos laços eram criados para além do parentesco (CAMPAGNO, 2018, p. 60-61). Esses conflitos, retratados pela iconografia como momentos de desequilíbrio e desordem, enunciam um mundo em conflito, real ou potencial, entre o caos e a ordem. O tema da contenção das forças da

desordem, no plano humano e cósmico, esteve presente na história faraônica e encontra suas raízes nas guerras do Pré-Dinástico (KEMP, 1996, p. 66). Assim, a campanha militar liderada por Narmer nos parece o ápice de um processo de integração regional por meio de alianças e guerras, as quais devem ter acontecido por, pelo menos, 250 anos ou mesmo 12 gerações (HASSAN, 1988, p. 172).

O nascimento do Estado faraônico

A historiografia sobre o Egito Antigo que considera o período faraônico (3100-343 a.e.c.) como uma sociedade estatal nos moldes do Estado Moderno defende os seguintes argumentos: constituição de uma ordem centralizada e burocrática; território bem definido sobre o qual faraós governavam de forma incontestes; presença de instituições e de uma sociedade hierarquicamente organizada; práticas administrativas sofisticadas, desenvolvidas por uma burocracia impessoal e uma realeza responsável pela cobrança de impostos e promulgação da justiça, além do monopólio da violência. Tal perspectiva acerca do Estado egípcio, pouco crítica em relação às fontes do período, nos parece enganosa, pois o vê como uma abstração e o restringe ao Estado Moderno, a partir de uma visão eurocêntrica, que contribui para forjar a identidade do mundo ocidental, cujas instituições são tomadas como parâmetro de operações racionais, neutras e a-históricas (MORENO GARCÍA, 2020, p. 1-3; JOÃO, 2015, p. 37).

A ideia de um poder centralizado como característica fundamental do Estado faraônico nos parece equivocada, sendo mais plausível vê-lo como o resultado de relações múltiplas e fragmentadas. Partimos da perspectiva de que o Estado é uma “relação social”, historicamente circunscrita no tempo e no espaço, que engloba os aparatos jurídicos, administrativos e relações políticas mais amplas, sendo sua dinâmica constantemente articulada por meio dessas relações (JOÃO, 2015, p. 76-79). Libertar-se da visão neoinstitucional e liberal do Estado significa compreender os Estados antigos como organizações políticas dinâmicas e duradouras em que o poder foi negociado e autoridades formais e informais limitaram e desafiaram a autoridade dos reis. Os atores sociais podiam ser membros de mais de um grupo – de parentesco e ocupacionais –, explorar as ambiguidades de sua múltipla vinculação, avaliar suas opções e, de acordo com as circunstâncias, mudar ou transferir sua lealdade para novos líderes e adotar novas crenças. Portanto, o processo

de integração política foi gerado por variáveis relações de poder, em que o grupo dominante procurava transformar, criar e dominar os recursos simbólicos e cerimoniais, permitindo a recombinação dos grupos diferenciados em uma nova coletividade social, com a finalidade de controlar a produção e a distribuição dos bens da mão de obra (YOFFEE, 2013, p. 67). Nesse sentido, as instituições devem ser entendidas como o resultado instável das relações de poder, das lutas e alianças entre os atores capazes de alterar o equilíbrio de poder (MORENO GARCÍA, 2020, p. 7-9).

Nas últimas décadas, o foco das pesquisas sobre o Egito Antigo se moveu para os limites do exercício da autoridade; redes de poder foram sustentadas pela elite e suas instituições (templos e palácio real, etc.), com especial atenção para a formação e transformação dos setores dominantes; relações flutuantes e equilíbrio de poder se deram entre o centro e as províncias; influência da geopolítica foi seguida pelo Estado egípcio, aí considerando o papel desempenhado por diferentes regiões; e houve, ainda, influência da ecologia, do acesso a recursos e rotas. Esses fatores explicam, por exemplo, o sistema político predominante no Baixo Egito (região desigualmente assentada), mais semelhante ao Levante, por um longo período, em que o poder frequentemente assumia um aspecto “confederado” e a constituição de um espaço político mais homogêneo no Alto Egito, em particular, na sua seção mais ao sul, entre Abidos e Elefantina, demonstrando que a unidade política foi uma possibilidade que prevaleceu entre outras (MORENO GARCÍA, 2020, p. 12-13).

Ao longo de três mil anos, o Egito faraônico experimentou diferentes configurações de poder (monarquia unificada, reinos regionais, império, vassalo de potências estrangeiras), apesar de as estruturas estatais reivindicarem longa continuidade política e cultural, baseadas em crenças, mitos e um conjunto complexo de instituições, valores fundamentais que forjavam sua identidade. A partir da VI Dinastia, no Reino Antigo, a elite provincial, formada por importantes famílias locais, com interesses diversos e nem sempre em pé de igualdade, ganhou grande visibilidade e passou a atuar no interior da administração (JOÃO, 2015, p. 84). Diferentemente das expressões ideológicas dos setores dominantes, o Estado egípcio funcionava de maneira descentralizada, tendo as elites central e locais como os principais pilares de sustentação da monarquia, ligadas por práticas e instituições informais, como a reciprocidade e o parentesco, elementos fundamentais para a sobrevivência e reprodução estatal.

O Estado egípcio demonstrou capacidade de intervenção no tecido social superior à lógica pré-estatal, pela sua capacidade de interferir, monopolizar, recodificar e reorientar. A mobilização de mão de obra para a construção de grandes empreendimentos exigia capacidade logística relacionada com a extração de tributos em espécie e trabalho da maioria da sociedade. Esse processo, apesar de retirar o camponês de seu universo aldeão para outros espaços geográficos e culturais, se ampara em um sistema pré-estatal, de caráter totêmico de clãs, que organiza as pessoas por meio de lealdades pessoais e familiares. O poder faraônico se apoiou em estruturas locais de poder, preexistentes ao surgimento do Estado, que demoraram muito a ser subordinadas aos padrões unificadores. Foi, portanto, no quadro do sistema aldeão tradicional, modificado a partir da fase histórica, que se deram o aumento populacional e o aperfeiçoamento técnico, transformações cruciais para o surgimento do Estado, além da urbanização e estratificação social, apesar da manutenção por longo prazo da união entre agricultura e artesanato e da autossuficiência da produção de insumos básicos nas aldeias (CARDOSO, 2014, p. 63-65)

Durante as fases iniciais da monarquia egípcia, a coroa fundou muitos centros agrícolas e de produção, deixando claro seu envolvimento direto na gestão e produção de alguns recursos básicos. A circulação de riqueza no território egípcio estimulou a organização do poder, baseado em redes, cujos nós eram as fundações reais, responsáveis por administrar vários tipos de recursos: materiais (impostos, mão de obra, matérias-primas e bens preciosos) e imateriais (informação, valores culturais dominantes, legitimação e ordem). A obtenção direta de produtos agrícolas por meio de domínios agrícolas, estabelecidos pela coroa, templos e outras instituições, e o controle e mobilização da mão de obra e da riqueza móvel (metais preciosos) foram os pilares do sistema fiscal da monarquia. Além disso, a distribuição de rações pelo Estado aos funcionários representou fonte considerável de renda para parte substancial da população, ao estimular atividades econômicas nos locais onde as guarnições e centros de comércio foram fundados pela monarquia. Esses recursos eram a base de sustentação do poder faraônico, sendo a coleta e redistribuição das receitas, a construção de monumentos, a ordem, segurança e as regras legítimas e morais, divulgadas por meio de valores religiosos e culturais, os meios para a reprodução da classe dominante e autoridade real. Esse *desideratum* foi desafiado por outros atores políticos que levaram a monarquia a negociar

com esses potenciais focos de poder, levando-a a integrá-los e, no limite, a expurgá-los (MORENO GARCÍA, 2020, p. 37-50).

A capacidade de cooptar e integrar diferentes grupos foi fundamental para a estabilidade da monarquia. A elite central (menfita), inicialmente formada por pessoas pertencentes à família real, passou por modificação por volta da IV dinastia, à medida que sua influência se expandiu, exerceu controle supralocal e dominou regiões mais vastas no Egito. As elites locais, sem laços consaguíneos com a família real, apesar de já integradas informalmente ao Estado, foram incorporadas formalmente à administração, em razão da necessidade de alargar o círculo da elite central (JOÃO, 2015, p. 88). Os chefes locais, com o advento do poder central, passaram a uma posição de subelite e, como mediadores, representaram o poder estatal diante das comunidades (FRIZZO, 2016, p. 103). O poder dessas elites locais se devia, sobretudo, ao controle de redes de clientelismo e do endividamento de pessoas advindas de setores mais empobrecidos, o que lhes possibilitava adquirir bens diversos à margem dos circuitos redistributivos da Coroa. A origem de muitas famílias provinciais importantes no Reino Antigo, especialmente aquelas que se destacaram a partir da V dinastia, pode estar em funcionários oriundos da administração central que se fixaram de forma permanente nas províncias, beneficiados pelo sistema de hereditariedade de funções, e também em grupos compostos por famílias já estabelecidas nas províncias desde muito tempo e que, em virtude das reformas da VI dinastia, foram incorporados formalmente à administração e elevados à categoria de governadores (JOÃO, 2015, p. 86-87).

O faraó recompensou os altos funcionários com terras, concedeu-lhes herdades templárias, ouro, pedras preciosas ou promoções, como se fossem seus filhos, inclusive dando sua filha em casamento (CARVALHO, 2020). O prestígio era alcançado por meio de recompensas do rei que iam desde equipamentos para tumbas até presentes com utilidade nesta vida. O *inw*, presente oficial, era uma doação, advinda da reserva privada do faraó, uma transação que expressava relação socioeconômica entre o rei e outros, na qual se alcançavam *status*, riqueza e poder. Além disso, o termo pode significar tributo a ser utilizado para necessidades pessoais do rei e revertido para a doação de dádivas aos deuses, aos chefes estrangeiros, manutenção da família real e pagamento de trabalhadores (BLEIBERG, 1996, p. 4-28). As “cerimônias de recompensa” no palácio se realizavam em ocasiões especiais, nas quais o faraó presenteava seus oficiais, burocratas e membros

da família real, os *imakhu* (os privilegiados), recompensados pela lealdade e bons serviços prestados (PELLINI, 2000, p. 147). Dessa forma, os líderes regionais foram fundamentais na relação entre a corte e a sociedade provincial, possibilitando que a monarquia cobrasse impostos e arregimentasse mão de obra no âmbito local. O controle sobre as bases locais de poder e a manutenção de posições influentes na corte garantiram a integração dos líderes provinciais na monarquia, criando uma elite local, moldada pelos valores da monarquia (MORENO GARCÍA, 2020, p. 67-71).

Os nobres locais gozavam de considerável autonomia e eram capazes de estabelecer agendas e estratégias próprias, mesmo estando a serviço da realeza, com redes de influência provincial, regional e “nacional”. Apesar de a ascensão de nobres e funcionários na carreira estatal ser atribuída às suas habilidades, principalmente os de baixo e médio escalões, sendo recompensados com honras e presentes, aparecem também nas inscrições biográficas os laços de parentesco e de patronato nas carreiras de alto escalão (MORENO GARCÍA, 2020, p. 71-75). Muitas estelas funerárias no alvorecer do Reino Antigo, como a de Merka, um alto funcionário da I dinastia, exibem uma série de títulos que o relacionam com a elite local, apesar de se realçar a sua condição de seguidor do rei, sugerindo uma relação de tipo pessoal. A penetração social da lógica estatal, por meio de funcionários e instalações administrativas ligadas à coroa, fomentou uma série de relações entre os funcionários estatais e os contextos locais, nos quais vínculos parentais com as elites locais viabilizavam intermediações entre estas e as elites centrais, estimulando laços de clientelismo. Por outro lado, como poderosos locais, esses funcionários também usavam esse poder para exercer o patronato no âmbito local, sem a interferência do poder central. As modalidades de intervenção estatal não operavam como estratégias incomunicáveis, e sim por meio de diversas lógicas de organização social, cujos indivíduos, de acordo com o contexto em que se encontravam, podiam proceder como governantes estatais, como senhores de uma vasta clientela ou por meio da lógica do parentesco para mediações que lhes trariam benefícios. Portanto, o parentesco e o patronato coexistiam com a lógica estatal (CAMPAGNO, 2018, p. 142-185).

A imagem de um poder centralizado em que as ordens do rei eram cegamente seguidas por um corpo burocrático ou amparadas por um conjunto de leis não condiz com uma série de textos oficiais que falam de punições a funcionários negligentes e corruptos. A lei parece ser uma mistura de

tradições, de procedimentos advindos de comportamentos morais e valores éticos. Sua transitoriedade emergia com a anulação e isenções de reis que se contradiziam em relação às leis de reis mortos. Até o primeiro milênio, a justiça era feita por tribunais dirigidos por funcionários, sacerdotes e dignitários reais que, muitas vezes, em virtude das relações de patronato, tomavam decisões em desacordo com a vontade do poder monárquico. Juizes profissionais não existiam. A ideologia padrão do registro textual não refletia a dinâmica das relações sociais que não repousavam na expectativa de reciprocidade, expressas na lealdade recíproca como premissa central da hierarquia. Os egípcios não eram incentivados a procurar os tribunais do Estado para resolver suas contendas, posto que, em geral, deviam em primeiro lugar procurar um protetor local forte ou uma mediação por meio de conselhos locais, de acordo com os ensinamentos de Ankhsheshonqi (8, 11): “Não vá ao tribunal contra o seu superior quando você não tem proteção (*nḥt.t*)”. Portanto, a apelação a um tribunal não era a primeira reação de um egípcio que tinha sido injuriado. As atitudes e estratégias de autoajuda eram prioritárias perante a autoridade central incumbida da lei e de uma efetiva fiscalização centralmente controlada. Desse modo, localmente as estruturas de patronato e hierarquias sociais, centrais para a organização social dos estratos mais baixos no Egito faraônico, demonstravam o efeito limitado da penetração estatal e de atitudes impessoais (EYRE, 2016, p. 163-179).

Não obstante a presença de potenciais focos de autoridade alternativa no Estado faraônico, um centrado em torno da corte e de altos funcionários e o outro sobre a nobreza local, estes eram limitados em sua capacidade de construir extensas alianças e desafiar a monarquia. A riqueza advinda dos serviços estatais, a transitoriedade das alianças, não expressando interesses coletivos de longo prazo, e o compartilhamento de códigos de uma cultura comum com a monarquia demonstram que esses setores eram parte da elite dominante, seletivamente cooptados para ocupar algumas das posições mais poderosas do Estado. Comprovação disso são os momentos de colapso, quando os líderes locais tentaram consolidar sua própria autonomia nas províncias sob seu governo, mas não procuraram adquirir o poder em antigos centros de poder real, como Mênfis, Itj-tawy ou Tebas. O fato de líderes locais reivindicarem o *status* real e reproduzirem instituições e práticas reais (como educar os filhos de seus aliados provinciais na corte, como foi o caso no reino heracleopolitano), além de invocarem valores reais em seus próprios monumentos, aponta para a imitação de estruturas reais (MORE-

NO GARCIA, 2020, p. 121-123). Na lógica estatal do “descentramento”, a antítese entre centralidade e fragmentação é superada pela lógica de que o poder central se fortalece por meio dos poderes locais e vice-versa. Por outro lado, os reis não eram meros espectadores das estratégias seguidas por seus subordinados e nobres. Como mediadores entre facções, eles podiam remover dignitários reais de posições-chave ou mesmo usar o matrimônio para fortalecer alianças, apoiando ou bloqueando uma facção contra outra.

Lideranças cidadinas, representadas por comerciantes urbanos e artesãos, organizadas por meio de conselhos locais, sugerem uma forma de organização política urbana. Entretanto, mesmo com a existência de organizações coletivas de comércio e a autonomia de comerciantes no exterior – levando os governantes a incluírem em seus acordos diplomáticos regulamentos para maior segurança do comércio exterior –, essas organizações na esfera nacional eram incapazes de impor sua agenda às elites dominantes ligadas ao Estado, estando limitadas à esfera de suas competências profissionais específicas. O mesmo parece ocorrer com os camponeses ricos, que, apesar de emergirem como atores influentes na sociedade rural, muitas vezes como empreendedores agrícolas, serviam como mediadores entre as instituições estatais e o campo e ocupavam modestas funções sacerdotais e administrativas, tendo influência nacional limitada e mais significativa no âmbito local e mesmo regional. Finalmente, quanto à influência dos pastores e estrangeiros, que, por meio de alianças e acordos com lideranças regionais, permitiam a circulação de mercadorias, ideias, técnicas e, como no caso dos núbios, compuseram os exércitos de nobres provinciais egípcios, eles tornaram-se colaboradores e parceiros do Estado egípcio (MORENO GARCIA, 2020, p. 89-109).

A religião oficial representava papel crucial na legitimidade real, mesmo com tradições locais profundamente enraizadas. O seu grande desafio foi integrar uma diversidade de divindades e mitos locais, que fortaleciam o sentido de identidade comunitária, a um panteão nacional. Durante o Reino Antigo, a certeza de vida *post-mortem* e o acesso aos templos estavam reservados à elite. Foi só a partir do Reino Médio, por meio da popularização do culto de Osíris, que a possibilidade de acesso ao mundo ideal do Deus foi democratizada. Enraizado nos templos e cultos locais provinciais, o sacerdócio, composto pelas elites locais, dominava os textos litúrgicos e dificultava o fortalecimento de crenças populares unificadas. Foi só no início do segundo milênio, com os templos de Amon, em Tebas, e de Osíris, em Abidos,

que emergiram pontos focais de uma religião nacional, com peregrinações e cultos funerários inovadores, mas que demonstraram, paradoxalmente, uma fragilidade da realeza, ao se tornarem alternativas de autoridade.

Os templos eram elos fundamentais de ligação territorial e cultural entre a monarquia e os mais diversos atores sociais das províncias. Sua estrutura administrativa complexa incorporava pessoas de diferentes origens sociais e áreas geográficas. Os faraós fundaram ou ampliaram santuários, participavam da organização e de cultos diários, doavam terras e oferendas, e tornaram os templos poderosas ferramentas de apoio institucional estável à sua autoridade. O apoio divino aos faraós, alimentado pelas maciças doações e construções, sustentou a relação de reciprocidade entre esses dois entes, sendo os templos sustentáculos de uma homogeneidade cultural em meio a uma diversidade religiosa, com o reforço de “teologias” que integraram cultos locais e nacionais por meio de narrativas míticas, ideias de ordem social de estabilidade e prosperidade, além de imagens visuais. Como repositórios de riqueza, legitimidade e valores culturais, os templos estavam menos sujeitos à volatilidade política, reforçando a ideia de descentralização do setor público, na medida em que poderiam assumir tarefas gerenciais do Estado, sem entrar em contradição com a realeza (MORENO GARCIA, 2020, p. 33-118).

A nova ordem estatal, que resulta em uma nova ideologia, envolve um conjunto de significados sobre relações e eventos sociais, políticos e econômicos e, em particular, sobre quem tem poder e como ele é obtido. A elite dominante, que tem acesso aos deuses e aos mortos privilegiados, se apresenta como participante privilegiada nesse processo, criando distanciamento entre uma ordem ideal existente no passado e o presente. A invocação do passado, como algo absoluto e ponto de referência para o presente, legitima essa ordem. A perspectiva de continuidade, mesmo em momentos de mudanças políticas, como no caso do advento da unificação, é fundamental para a manutenção dessa ordem, que admite violência contra sociedades periféricas (BAINES; YOFFEE, 2000, p. 3-6).

A riqueza e sua ostentação por parte da elite ajudavam a legitimar a ordem, que, para tal, precisa ser reencenada e celebrada, envolvendo grande parte da sociedade para sua internalização. Sem a celebração, ela estaria “ameaçada”. Assim, a elite egípcia, setor minoritário da sociedade, se preocupava com as formas de comunicação, criando símbolos centrais que abordavam implícita ou explicitamente toda a sociedade, ficando destina-

do às subelites o papel de mediação desses símbolos (BAINES; YOFFEE, 2000, p. 6-12). O grau de penetração da cultura oficial entre as pessoas comuns é revelado por meio das evidências funerárias, por práticas de imitação dos valores culturais da elite por aqueles que podiam pagar por objetos de boa qualidade, mas que, no entanto, eram desafiados por monumentos privados que enfatizavam laços familiares e vínculos de solidariedade presentes no uso de selos, contratos e composições religiosas (MORENO GARCIA, 2020, p. 160-161).

Conclusão

Ao longo de três milênios, uma variedade de configurações políticas esteve presente no Egito Antigo. Transformações importantes, gestadas no Pré-Dinástico, no âmbito das forças produtivas e dos espaços intersticiais, criaram as condições de possibilidades do Estado, que ressignificou e se apropriou da estrutura aldeã de organização do trabalho, da lógica parental, e redimensionou a reciprocidade em proveito próprio. O “descentramento” implicava uma fragmentação oriunda das particularidades regionais que não enfraqueciam o Estado, pois se encontravam no âmbito do esforço dos monarcas de integrar uma nobreza provincial sem extinguir um considerável grau de autonomia e influência em áreas-chave do Estado de diversos atores sociais locais. E o Estado não se enfraquecia porque a nobreza egípcia parece ter dele dependido para a sua reprodução social, não tendo sido capaz mesmo em períodos de crise, como no primeiro período intermediário, de dominá-lo e capturar sua receita. Na verdade, no seio do Estado se viu uma luta pelo poder que gerou uma multiplicidade de poderes, cada um tentando preservar e replicar as características da monarquia em um esforço de cooptar os nobres locais e açambarcar recursos. Finalmente, cabe ressaltar que as interpretações que enfatizavam o centralismo na lógica do Estado Moderno só poderão ser superadas com o avanço das análises sobre as formas alternativas de organização política e o papel desempenhado pelas economias e instituições urbanas, empresas privadas, redes comerciais, integração econômica, autoridades informais e atores sociais invisibilizados. Um passo inicial para essa superação, com novos elementos para o entendimento e natureza do Estado egípcio, foi o objetivo deste artigo.

Referências bibliográficas

- BLEIBERG, E. *The official gift in Ancient Egypt*. Norman, Ok: University of Oklahoma Press, 1996.
- CAMPAGNO, M. *Lógicas sociais en el Antiguo Egipto*. Diez estudios. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2018.
- CARDOSO, C. F. S. As forças produtivas e as transições economicossociais no Egito Antigo (do Prédinástico até o final do III milênio). In: MOTTA, M. J. et al. *O pré-capitalismo em perspectiva: estudos em homenagem ao Prof. Ciro F. S. Cardoso*. Rio de Janeiro: Ítaca Edições, 2014, p. 15-79.
- _____. As comunidades aldeãs no Egito Antigo. *Phoinix*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 96-129, 2008.
- CARVALHO, A. G. A reciprocidade e o Egito Antigo: algumas ponderações sobre o substantivismo polanyiano, o Estado e o parentesco. *Heródoto: Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas conexões Afro-asiáticas*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 20-42, 2020.
- EYRE, C. Reciprocity, Retribution and feud. In: COLLOMBERT, P.; LEFÈVRE, D.; POLIS, S.; WINAND, J. (eds.). *Aere perennius*. Mélanges égyptologiques en l'honneur de Pascal Vernus. Leuven: Peeters, 2016, p. 163-179
- FLORENZANO, M. B. A reciprocidade e a Grécia antiga. In: CARVALHO, A. G. *Interação Social, reciprocidade e profetismo no mundo antigo*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004, p. 43-66.
- FRIZZO, F. *Estado, império e exploração econômica no Egito do Reino Novo*. Tese (Doutorado em História Social), Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- HASSAN, F. A. The Predynastic of Egypt. *Journal of World Prehistory*, Basingstoke, v. 2, n. 2, p. 135- 185, 1988.
- JANSEN, J. J. Gift-Giving in Ancient Egypt as an Economic Feature. *The Journal of Egyptian Archeology*, Londres, v. 68, p. 253-258, 1982.
- _____. Debts and Credit in the New Kingdom. *The Journal of Egyptian Archeology*, Londres, v. 80, p. 129-136, 1994.
- JOÃO, M. T. D. *Estado e elites locais no Egito no final do III milênio a.C.* Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

- KEMP, B. *El Antiguo Egipto*. Anatomia de uma civilização. Barcelona: Crítica, 1996.
- MORENO GARCÍA, J. C. *The State in ancient Egypt: power, challenges and dynamics*. London: Bloomsbury Publishing, 2020.
- PELLINI, R. Reciprocidade e redistribuição no Egito antigo durante o Reino Novo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 12, p. 143-163, 2000.
- SAHLINS, M. *Stone ages economic*. London: Tavistock, 1974.
- SERVICE, E. *Los origines del Estado y de la civilización*. Madrid: Alianza, 1948.
- YOFFEE, N. *Mitos do Estado arcaico*. São Paulo: Edusp, 2013.
- YOFFE, N.; BAINES, J. Analyzing order, legitimacy, and wealth in ancient Egypt and Mesopotamia. Chinese translation by Jin Shoufu. *世界历史评论. Shijie lishi pinglun / World Historical Review*, Shanghai, v. 5, n. 2, p. 3–22, 2000. Disponível em: [Downloads/Analyzing_order_legitimacy_and_wealth_in%20\(2\).pdf](#). Acesso em: 10 dez. 2020.

Notas

¹ Sobre o lugar e o papel da chefia, ver a análise de Elman Service no livro *Los origines del Estado y de la civilización* (1984), cap. 4. O autor apresenta um painel da análise entográfica da institucionalização do poder. Yoffee (2013), cap. 1, também apresenta reflexões sobre a chefia; entretanto, em oposição à teoria neoevolucionista, é categórico na defesa da hipótese de que a chefia não é a antessala do Estado em oposição às pesquisas etnográficas que procuram impor modelos gerais sobre a chefia nas escavações, sem levar em consideração as especificidades.

² Jansen é um egiptólogo substantivista que utiliza o modelo polanyano de reciprocidade e redistribuição na análise da sociedade egípcia. Nesse caso, ele utilizou um conceito de reciprocidade presente nas análises de Marshall Sahlins, que classifica três tipos de reciprocidade para sistematizar melhor os dados empíricos: reciprocidade negativa, balanceada e generalizada, sendo esta última caracterizada por transações puramente altruístas (FLORENZANO, 2004, p. 47; SAHLINS, 1974).